



O PAPEL DA LEITURA COMO ATO FORMATIVO DO SUJEITO CRÍTICO

Rosangela Miola Galvão de Oliveira
(PG – Educação/UEL)¹
rmgalvao2012letras@gmail.com

Sandra Aparecida Pires Franco
(Orientadora- Mestrado Educação UEL)²
Sandrafranco26@hotmail.com

Didática e Práticas de Ensino na Educação Básica

Resumo: A leitura está presente nos mais variados meios de comunicação e representa ao mesmo tempo meio de acesso e exclusão do sujeito enquanto cidadão. Assim, resta saber como a leitura pode contribuir com a formação do sujeito crítico no ambiente escolar. Por isso, o artigo possui a intenção de analisar conceitos que permeiam o campo pedagógico com relação à leitura e a influência da mesma na formação do sujeito crítico. Como base teórica será utilizada o Materialismo Histórico e Dialético e seus principais representantes, Vigotski³ (2010), Saviani (2009) e Marx (2003). A análise dos conceitos permite conceber a leitura como grande fator de formação do sujeito crítico contribuindo para o processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Leitura. Sujeito Crítico. Materialismo Histórico e Dialético.

INTRODUÇÃO

¹ Aluna do programa de Pós-graduação Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina UEL. rmgalvao2012letras@gmail.com

² Graduada em Letras e em Pedagogia pela UEM. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2003). Doutora em Letras na UEL (2008). Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, na área de Didática e professora do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação – UEL. sandrafranco26@hotmail.com

³ Optou-se por esta grafia no nome de Vigotski, mas nas referências a grafia segue a opção de grafia dos autores de outras obras (Vigotsky; Vygotky).

O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana [...].(LEONTIEV, 1947-1978, p. 285)

A formação do ser social requer um processo contínuo de aprendizado. Este movimento em busca do conhecimento precisa ser consciente e atrelado as necessidades dos sujeitos. Sabendo da importância da leitura para a formação completa das pessoas, entende-se que seja preciso sempre atualizar os conceitos que envolvem a leitura no processo educativo. Assim, pode-se investigar a leitura em princípio por entendê-la como representação, como sentido e como significado, mas até que ponto estas palavras podem explicar a formação do sujeito crítico com o uso da leitura. Portanto, neste artigo será adotado o conceito de leitura como meio pelo qual o aluno é inserido histórica e socialmente na realidade da qual participa, no intuito de apresentar uma leitura que contemple as múltiplas dimensões presentes no discurso, tais como: social, histórica, econômica, política, psicológica, ideológica, afetiva. Sendo para isto, uma leitura que desvela as intencionalidades das palavras e, portanto, formadora do sujeito crítico.

Para chegar a esta concepção, o artigo pretende apresentar os conceitos presentes na educação de: sujeito crítico, ato formativo, utilizados pelas diferentes teorias educacionais, para então conceber o conceito de leitura e de sujeito pela perspectiva da concepção do Materialismo Histórico e Dialético.

CONCEITOS DE LEITURA E SUJEITO CRÍTICO NO AMBIENTE ESCOLAR

A escola é considerada o ambiente mais adequado para a formação do sujeito na sociedade atual. Trata-se de um local onde o conhecimento científico adquirido historicamente é sistematizado, mas também é o ambiente onde várias teorias educacionais subsistem com o objetivo de entender os processos de ensino e de aprendizagem. A partir deste ambiente, nos indagamos: qual seria o sujeito do ato formativo? A palavra sujeito, gramaticalmente, é considerada essencial em uma frase, ela representa aquele que realiza ou recebe a ação, ou seja, possui um sentido dinâmico, de movimento.

No ambiente escolar isso não é diferente. O aluno, aqui identificado como sujeito, sempre foi o objeto de estudo central das teorias da educação, sendo ora passivo, ora ativo, ora participativo destas teorias. Saviani (2009) caracteriza o aluno por meio de alguns adjetivos, sendo estes termos representativos de algumas teorias pedagógicas. O aluno atuou como: ser ignorante na Pedagogia Tradicional, sendo assim necessária uma educação que o tirasse desta condição inferior de conhecimento em relação aos alunos de classe social superior, ou seja, da burguesia. O de ser rejeitado na Pedagogia da Escola Nova, que estaria a margem na sociedade e deveria receber as mesmas condições de ensino que os demais, por isso a necessidade de transformação no modo de conceber o ensino e o papel do aluno na relação professor x aluno. O de ser ineficiente na Pedagogia Tecnicista, que tinha interesse em qualificar a mão de obra para o trabalho nas indústrias. Estas teorias utilizaram estas identificações como justificativa para defender o aluno ao mesmo tempo em que se afirmaram enquanto teorias da educação.

Para o aluno nas pedagogias subsequentes, podemos dar-lhe o papel de objeto de manobra (AIE – Escola como Aparelho Ideológico do Estado, teoria defendida por Althusser que via a escola como um dos principais aparelhos do Estado com a função de disseminar as ideologias pertinentes à manutenção do *status quo*; na Escola Dualista e no Sistema de Ensino como violência simbólica-), assim o sujeito, ou melhor, o aluno, era concebido como espectador passivo que servia aos interesses do Estado.

Na sequência das teorias, os processos de ensino se voltam para este sujeito e o colocam no centro das preocupações educacionais. Para Altoé (et al, 2005) o Processo Sócio Libertador via na escola, na obtenção dos conhecimentos sistematizados por esta instituição, a forma do sujeito ganhar liberdade do sistema capitalista no qual estava subjugado. No Processo Histórico-cultural, o aluno é fruto do processo histórico-cultural do qual participa e este não pode ser desprezado pelos educadores, mas valorizado no momento da aprendizagem, sendo que, o professor no papel de mediador do conhecimento, utilizando dos agentes mediadores (instrumentos diversos de ensino) faz processo de partir das experiências de mundo do aluno para a inserção do mesmo no

conhecimento científico, ou seja, proporciona um elo entre as práticas vivenciadas pelos estudantes, tornando o ensino mais significativo ao aluno. No Processo Multicultural, o sujeito precisa ter ciência da multiplicidade de fatores culturais, éticos, raciais, de gênero do qual participa para poder vivenciar a educação a partir disto. Assim, todos os processos de ensino descritos possuem em comum o anseio de inserir o aluno na sociedade da qual participa, levando em consideração a heterogeneidade, historicidade do discente.

O sujeito identificado por meio das teorias da educação pode ainda ser contraposto com a definição de indivíduo, como o fez Veronese e Lacerda (2011) redimensionando os termos e, portanto, fazendo um contraponto entre os significados na tentativa de diferenciá-los enquanto conceitos.

Para Touraine, o indivíduo, de maneira geral é aquele moldado pelos padrões sociais, uma figura que não passa de uma tela em branco onde são depositados desejos, necessidades, mundos imaginários a serem consumidos. Em contraposição, o sujeito é aquele que se revolta contra essa situação, é o devir combatente, rebelde, que se volta para si no intuito de buscar a única verdade possível: a sua. (VERONESE e LACERDA, 2011, p. 421)

Neste certame entre indivíduo e sujeito, salvaguardados os estudos que indicam as influências e correlações de um para com o outro, damos preferência à palavra sujeito no ambiente escolar, devido ao caráter questionador da realidade social, comportamento essencial ao aluno crítico. Não devemos relacioná-lo a partir da luta individual, mas como estopim positivo dos movimentos coletivos em prol da igualdade social.

Para o entendimento do que seria ato formativo, primeiro se faz necessário conceber a palavra ato, sendo esta entendida como a divisão das partes de um drama, de uma peça de teatro, sendo juridicamente a manifestação da vontade humana em relação a algo. Na educação podemos identificá-lo como momento no qual o educador dispõe para conduzir e expressar os saberes ao aluno. Pensando na estrutura atual das escolas, podemos considerá-lo como sendo representativo das aulas de cada disciplina que compõe o currículo escolar, ou mesmo no momento do intervalo, pesquisas na biblioteca. Todos são momentos

organizados para o atendimento das necessidades do aluno, ou seja, todos são atos.

Como estamos nos referindo a um ato em especial, o formador, cabe definir o que é formador dentro do espaço educacional. No primeiro momento pode-se definir a palavra como: aquilo que dá forma a algo. Como no caso pretende-se dar forma ao sujeito, podemos pensar que o ato formador seria o de proporcionar momentos, nos quais o sujeito possa criar opinião, formar conceitos, estabelecer elos com o conhecimento científico ao qual está tendo contato. Para isso temos como principal agente do ato formador, o professor.

Vislumbrando características mais específicas, podemos pensar que não além da formação do sujeito cabe também a escola a formação do sujeito crítico, e criticidade advém de conteúdos prévios, pois ninguém consegue fundamentar uma crítica sem o estudo prévio do assunto. Basear-se em estudiosos, pensadores, estudos científicos nos quais indicam a veracidade de algo, é fundamental a todo sujeito que se propõe a estabelecer uma opinião. Manter-se a nível do senso-comum é reduzir o poder de argumentação científica e racional dos fatos. Segundo Lima (2008), a crítica não se configura como verdade absoluta, mas no exercício neutro de demonstração do saber.

Karl Popper considera o pensamento crítico como sendo não apenas um ideal básico da educação, mas a pedra fundamental da atividade intelectual consciente – especialmente da atividade científica. Na filosofia das ciências, Popper considera que “o ato de criticar e a discussão crítica são nossos únicos meios de aproximação da verdade”. Para esse autor, a ciência se diferencia da pseudociência não por fornecer certezas, mas por sua abertura à crítica e a possíveis refutações. Assim, a atividade científica está sustentada na *criticidade*, mais exatamente no princípio de *autocriticidade*, que Popper denomina de “falseabilidade” (LIMA, 2008, p.4).

Então, qual seria o papel da leitura como ato formativo do sujeito crítico? Para o Materialismo Histórico e Dialético, todo discurso está permeado de intencionalidades. Pensando no processo de leitura a partir da interpretação dos vários aspectos que envolvem a realidade, tais como: políticos, econômicos, sociais, religiosos, estéticos, culturais, e que para entendê-lo o sujeito utiliza as várias linguagens, de sinais, escrita, imagens, artísticas, dos diversos gêneros textuais.

Sendo estas leituras, segundo psicólogos, colaboradoras na compreensão das dúvidas interiores do ser, que são “diferentes para cada pessoa, e diferente para a mesma pessoa em vários momentos de sua vida” (BETTELHEIM, 2006, p. 21), revelando a importância do fator histórico na formação do sujeito, pois conforme as necessidades históricas e sociais de uma sociedade o sujeito realizará um tipo de leitura do acontecimento.

Para tanto, vários modelos de leitura foram identificados por estudiosos e estão relacionados à atuação do sujeito diante um texto, citando alguns temas: ascendente (restrito a forma, palavra por palavra), descendente (o leitor extrai o sentido), interativo (são utilizados os dois anteriores, leitor e texto interagem no momento da significação), processo sócio interacional (tanto leitor quanto o escritor sofrem influências dos contextos nos quais estão imersos no momento da escrita e da leitura).

Para entender melhor o processo de leitura, os estudos se direcionaram para a o estudo do texto, ou seja, para a compreensão da estrutura exposta. No segundo momento, passou-se a focalizar a relação entre leitor e autor e as influências de ambos na interpretação e construção do texto. Atualmente, recebe atenção dos pesquisadores a análise do discurso, em que o leitor, o autor e as leituras anteriores influenciam a leitura e, conseqüentemente, a escrita, já que ambas dialogam entre si no momento da produção conforme explicita Orlandi (1988, apud TREVISAN, 1994, p. 31) “a leitura é um dos elementos que constituem o processo de produção da escrita”.

Sob o aspecto social, o trabalho com a leitura vai além de atitudes simplistas de interpretação e memorização, para Paulo Freire (1989, p.13) “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura de mundo, mas por uma certa forma de escrevê-lo ou de reescrevê-lo, quer dizer, de transformá-lo em nossa prática consciente”. O ato da leitura na formação do sujeito deve ser permeada por textos significativos dos quais extrairá mecanismos para o desenvolvimento pessoal e coletivo. Portanto, não bastam medidas quantitativas para este ato, mas qualitativas, por meio de textos que promovam a reflexão. Esse processo de leitura corrobora com as necessidades atuais da educação em um momento onde ocorreu

o aumento do acesso à informação que nem sempre é entendida pelos educandos, como esclarece Gasparin (2005, apud ALTOÉ et al, 2005, p.118)

Todos os educandos devem ser desafiados e orientados a fazer com que o conhecimento que vão adquirindo, para que se torne pertinente e significativo para suas vidas, seja contextualizado próxima e remotamente. É necessário, pois, passar da compartimentalização dos saberes e de sua desarticulação para a aptidão de integrar e contextualizar. Essa tarefa torna-se mais premente à medida que, junto com os desafios da globalidade e da complexidade, há outro muito forte e grande: a expansão descontrolada do saber, o que impede sua apreensão de forma sistemática e integrada. Vivem-se no mundo das informações, mas nem todas se transformam em conhecimento.

Torna-se relevante o papel da leitura na formação do sujeito que será capaz de selecionar, interpretar e utilizar adequadamente os textos. No espaço escolar esta autonomia ainda é pouco vivenciada. O saber sistematizado da leitura crítica nas escolas esbarra no entendimento deficitário do processo de leitura e da pouca ênfase na formação do sujeito crítico, assim sendo, alguns professores ainda preferem trabalhar os temas pelo viés simplificado de exercícios de interpretação desvinculados de outras disciplinas o que dificulta a compreensão do aluno da totalidade na qual um assunto está imerso, portanto a leitura não pode estar rotulada, fragmentada por disciplinas, mas deve abranger o ensino como um todo. Para Silva (2003, p.41) “[...] ler não é repetir, traduzir, memorizar e/ou copiar ideias transmitidas pelos diferentes tipos de texto”, assim ela é resultado da relação entre leitor, autor e as leituras anteriores de ambos mediadas pelo contexto histórico-social.

A ampliação de momentos de leitura direcionada a compreensão da realidade da sociedade possibilita ao aluno compreender e conceber a melhor forma de atuar como cidadão, ou seja, a leitura assume o papel de ampliação da visão do mundo dos estudantes, em que os “[...] *limites de minha linguagem* denotam os limites de meu mundo” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 111, grifo do original), citação que demonstra a importância da linguagem para o homem segundo Wittgenstein (ibidem).

Do mesmo modo que a leitura é imprescindível para a formação, o que não se pode negar é que “nenhum texto, ainda que pretenda a neutralidade, constitui-se de um vazio ideológico, pois na sua formulação está presente a visão de mundo que o originou” (ADOLFO, 2007, p. 25), portanto, no momento do planejamento de aula, o professor, necessita ser mediador e utilizar outros agentes mediadores (textos, por exemplo) que façam com que o estudante contemple as inter-relações do que está posto na escrita com o momento que vivencia. Assim, “[...] ao ler-se um texto, lê-se junto o homem e seu tempo, suas lutas e conflitos internos e suas lutas e conflitos externos, seus embates, dúvidas e certezas.” (ADOLFO, *ibidem*, p.26)

Ainda com relação ao entendimento do discurso, sendo a palavra sua melhor representante, Bakhtin (1999, p. 36) esclarece que “A palavra é o fenômeno ideológico por excelência”, sendo a linguagem meio de difusão e manutenção do poder econômico vigente. Portanto, não se pode desvincular a linguagem, e subseqüentemente a leitura do processo de formação do aluno enquanto ser crítico, mas sim utilizá-la como instrumento potencializador deste processo. Por conseguinte, “o trabalho de todo o processo ensino-aprendizagem apresenta-se como um grande instrumento na transformação de um aluno-cidadão em um cidadão mais autônomo” (GASPARIN, 2011, p.122)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto onde está inserida a escola indicará ao professor comprometido com o processo de leitura, o princípio do caminho, pois a leitura necessita partir dos conhecimentos resgatados dos alunos e mediados pelo professor. Os textos apresentados devem contemplar um aprofundamento científico, ou seja, estrategicamente sistematizados pelo professor, fazendo com que o aluno saia de uma zona desenvolvimento para outra, como preconizado Vigotski (2010), ou seja, da zona de desenvolvimento real para a zona de desenvolvimento potencial. Agindo desta maneira, o ato da leitura se torna significativo ao aluno que perceberá que seus conhecimentos foram ampliados e passíveis de uso na cotidianidade.

Pode-se inclusive dizer que o aluno se sentirá mais confortável e seguro no momento de usar a leitura, pois ela estará estruturada pelo saber consciente.

A leitura no processo de inserção do sujeito colabora com a reflexão do aluno sobre a função social que exerce e o desvelamento do discurso da classe dominante. Desta forma, o aluno munido de textos que se constituem conteúdos críticos pode desenvolver-se consciente da importância do modo de agir do homem enquanto cidadão.

REFERÊNCIAS

ADOLFO, Sérgio Paulo. Leitura e visão de mundo In: REZENDE, Lucinea. *Leitura e visão de mundo: peça de um quebra-cabeças*. Londrina:EDUEL, 2007.

ALTOÉ, Anair. GASPARIN, João Luiz. NEGRÃO, Maria Tampellin Ferreira. TERUYA, Teresa Kazuko. *Didática: processos de trabalho em salas de aula*. Maringá: EDUEM, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Trad.: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 45 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GASPARIN, João Luiz. *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados, 2011.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Centauro, 1947/1978.

LIMA, Raymundo de. Que é ser crítico? (breve ensaio sobre a banalização da crítica). *Revista Espaço Acadêmico*, nº 84, mensal, maio de 2008. Edição especial 2001-2008 - Sétimo Ano- ISSN 1519.61.86.

MARX, Karl. *Contribuições à Crítica da Economia Política*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política*. 41 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SILVA, Ezequiel Theodoro. *Leitura em curso*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

TREVISAN, Zizi. *O texto é pretexto: leitura e redação na sala de aula*. Presidente Prudente, Unoeste: Grafoeste, 1994. p. 31.

VERONESE, Marília Veríssimo. LACERDA, Luiz Felipe Barboza. O sujeito e o indivíduo na perspectiva de Alain Touraine. *Revista: Soc. e cult.*, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 419-426, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/17616/10568>. Acesso em: 10/01/2014. p. 421.

VIGOTSKI, L. S. *Formação Social da mente*. São Paulo, SP: Martins Editora, 2010.